

**CLIPPING IMPRESSO**

**04/11/2021**



# INDICE

---

1. AÇÕES TJMA	
1.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	1
2. DECISÕES	
2.1. JORNAL O PROGRESSO.....	2 - 3
3. DESEMBARGADOR	
3.1. JORNAL O PROGRESSO.....	4 - 5

## DOCUMENTOS HISTÓRICOS

# TJMA e igreja digitalizam 2 milhões de páginas



**A DIGITALIZAÇÃO É FEITA DE PARTE DOS DOCUMENTOS DECLARADOS HISTÓRICOS PELO TRIBUNAL, ENTRE O PERÍODO DE 1767 A 1970**

Por meio da parceria entre o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e a Associação Brasileira da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, mais de dois milhões de páginas de documentos do acervo histórico do Poder Judiciário estadual foram digitalizadas. O resultado da primeira etapa do projeto – fruto de Termo de Cooperação Técnica assinado entre as entidades – foi apresentado ao presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, no prédio-sede do Tribunal, pelo representante da Igreja dos Mórmons, Orlando Arnoud e do Coordenador de Arquivo e Gestão Documental, Christofferson Melo.

O montante digitalizado é relativo ao acervo de 50 fundos documentais de todas as regiões do Maranhão, o que corresponde a cerca de 40% do acervo total do Arquivo do Tribunal. Os últimos HD's contendo o acervo digitalizado pelos mórmons foram entregues ao Arquivo do Tribunal.

### Projeto

A parceria visa à preparação arquivística e à geração de imagens de documentos e conjuntos documentais permanentes do acervo do Tribunal

de Justiça e não mais afetados por segredo de justiça. A digitalização é feita nas instalações do Arquivo de parte dos documentos declarados históricos pelo Tribunal, entre o período de 1767 a 1970. “Como esses documentos são liberados para pesquisa e não têm sigilo decretado, o acordo buscou digitalizar os documentos que contêm dados genealógicos, tais como inventários, arrolamentos, testamentos e partilhas”, explica o historiador Christofferson Melo.

Christofferson Melo explica que “os demais tipos documentais, fora do escopo do projeto, estão sendo digitalizados pelo próprio Arquivo, em laboratório”.

### Etapas

O projeto prevê a execução em três etapas. A primeira – que já está concluída – consiste na digitalização dos documentos. A segunda se refere à indexação dos representantes digitais. Nessa etapa, o Arquivo do TJMA recebe as imagens da Associação da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias e as processa arquivisticamente nos termos da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRA-

DE), aferindo a estas o Código de Referência do CODEARQ (Cadastro de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos). Já a terceira etapa diz respeito à disponibilização dos fundos documentais em Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq), que está em implantação pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, em consonância com a Resolução nº. 324 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

### Vantagens

Com o Termo de Cooperação, Judiciário maranhense está sendo beneficiado com melhorias na prestação de serviços arquivísticos, com a ampliação do grau de desenvolvimento em gestão de documentos. Além disso, o projeto promove a ampliação do acesso aos documentos do acervo de natureza histórica do Poder Judiciário do Maranhão, para consulta público por meio online; e a ampliação da capacidade de preservação e difusão do acervo documental do TJMA.

A cooperação com a instituição religiosa também possibilitou uma economia de recursos públicos em mais de R\$ 1.500 milhão.

# Indicação cobra a normalização dos insumos necessários para medição da glicemia capilar

*Plenário também discute sobre a decisão que proíbe construção nas margens do Rio Tocantins*

A primeira sessão do mês de novembro de 2021, ocorrida nesta quarta-feira, 03, iniciou com a indicação do vereador Fábio Hernandez (PL) na Casa e que cobra o cumprimento da Lei Federal 11.347/2006 que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos e materiais necessários para aplicação e monitoramento da glicemia capilar aos portadores de diabetes. O projeto visa garantir que não falte nas Unidades Básicas de Saúde de Imperatriz as fitas e insumos necessários para a medição da glicemia dos diabéticos cadastrados na Secretaria Municipal de Saúde.

De acordo com o autor do projeto, vários pacientes relatam a dificuldade em realizar o teste de glicemia nos postos de saúde locais e a falta traz consequências irreparáveis para estas pessoas que necessitam verificar os níveis de glicose no sangue.

“ Não podemos deixar que estas pessoas sejam prejudicadas e tenham dificuldades para fazer o controle dos níveis de glicose no sangue, porque é dessa forma que eles ajustam a dieta ou fazem a mudança na dose do medicamento, quando necessário e precisamos normalizar a disponibilização desse material”, afirmou o vereador Fábio Hernandez.

Os vereadores Bebê Taxista (AVANTE), Flamarion Amaral (PCdoB), Adhemar Freitas (SDD), Cláudia Batista (PTB), Jhony Pan (PL) apoiaram a indicação do vereador, ressaltaram sobre os problemas que a falta de insumos pode acarretar para os diabéticos e cobraram medidas do município.

O vereador Jhony Pan (PL), solicitou ao Executivo e Legislativo Estadual que realizem parcerias para o asfaltamento com meios fios e sarjetas de toda a extensão das Ruas Esmeralda e Açailândia na Vila Cafeteira. Ao justificar a indicação o vereador relatou a dificuldade de acesso e trafegabilidade na região, tendo em vista a impossibilidade da travessia das ruas. Já o vereador Renê Sousa (PTB) requisitou a construção de galerias de esgotos na Rua Imperatriz Leopoldina, no Bairro Santa Rita, para melhorar a vida dos moradores que há anos sofrem com as enchentes na região.

Drenagem e pavimentação foram solicitados pelo vereador Adhemar Freitas Junior (SDD), nas ruas Guatemala e Venezuela, no Jardim América, que explicou o interesse dos moradores em realizar a aquisição dos materiais – bloquetes - para uma parceria com o município na realização da obra. O vereador Jhony Pan (PL) aproveitou para incluir na proposta os Povoados Água Boa e Jiboia, que também já adquiriram as manilhas e aguardam pela mão-de-obra do município para a realização do serviço.

## Denúncias

O vereador Flamarion Amaral (PCdoB) utilizou a Tribuna para agradecer a medida tomada pelo Ministério Público, por meio do promotor Thiago de Oliveira Pires e pela juíza de direito, Ana Lucrécia Sodré da 2ª Vara da Fazenda Pública que cobrou do Poder Executivo de Imperatriz a manutenção do equipamento de tomografia computadorizada do Hospital Municipal.

“ Já aproveitei que estamos falando de justiça para dizer que formalizei denúncia junto ao promotor Sandro Bísvaro sobre o procedimento adotado pela Secretaria de Trânsito em não notificar os motoristas das multas geradas pelos radares da cidade no prazo de 30 dias, conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro”, comunicou o vereador.

Já o vereador Bebê Taxista (AVANTE) utilizou a ocasião para

convidar os colegas para participarem da agenda do Governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), na cidade que inaugura o Centro de Ciências Agrárias da Uemasul, entre outras obras.

“ Aproveito para lamentar as denúncias que não param de chegar, agora dos médicos e que apenas são resolvidas quando envolve a justiça. Tudo tem que ir para a justiça para o gestor público fazer o que lhe cabe. Recursos chegam e infelizmente não são aplicados para dar uma saúde de qualidade para o nosso povo”, disse o vereador.

Também sobre a saúde da cidade, o vereador Adhemar Freitas Júnior relatou sobre os áudios que circulam nas redes sociais de médicos da região que estão com dificuldades em encaminhar pacientes para Imperatriz para tratamento.

“ Conversei com o médico Jofre Rocha que relatou as negativas que teve ao tentar transferir pacientes de Bom Jesus das Selvas para Imperatriz devido à falta de tomógrafo e neurocirurgião”, narrou o parlamentar ao parabenizar o médico por não ter perdido a capacidade de se indignar com situações dessas.

O vereador Jhony Pan (PL) apresentou uma denúncia em relação ao Posto de Saúde da Vila Lobão, onde os usuários estão com dificuldades para conseguir carimbar a liberação de exames e, conseqüentemente, não conseguem a remarcação para retorno das consultas.

“ Não é possível demorar mais de 30 dias para conseguir carimbar um exame e, os idosos ficam 3, 4 meses sem conseguir realizar seus exames de rotina para poder ter o atendimento completo com os médicos dos postos de saúde da nossa cidade”, afirmou o vereador.

## Rio Tocantins

Outro tema apresentado pelo vereador Adhemar Freitas Jr (SDD) ao plenário trata sobre a decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) que derrubou a emenda do Plano Diretor feita pelos vereadores na legislatura passada e que alterava o perímetro para construção nas margens do Rio Tocantins. A decisão acatada pelo TJ atende ao processo feito pela promotoria pública contra a emenda votada na Casa e, com isso, fica proibida a construção ao longo dos 500 metros do Rio Tocantins”.

“A área urbanizada de Imperatriz já ocupa a margem do rio desde que Imperatriz foi fundada. Devemos sim, preservar o rio e suas margens, com esgotamento sanitário e outras medidas, mas não podemos impedir o desenvolvimento da cidade, isso é demais”, relatou o vereador que cobra união entre os representantes dos bairros e associações empresariais da cidade para mudar essa decisão.

O vereador Zesiel Ribeiro (PSDB) participou do debate e afirmou que “da forma como estão fazendo não deixam alternativa para a cidade” e ainda lembrou que Imperatriz possui muitos riachos e nascentes que cortam o município e que isso precisa ser levado em consideração.

“Terão que mudar a cidade de local, se for assim. Estão revisando essa metragem na Câmara Federal e seria ótimo que a ACII tomasse medidas de forma mais incisiva neste caso, juntamente com a Câmara e a procuradoria, pois não há como voltar no tempo e criar uma cidade em outro lugar”, acrescentou Zesiel. O vereador Bebê Taxista propôs que seja feita uma Audiência Pública para debater com os setores envolvidos os prejuízos que a medida pode trazer para a cidade. *(Por Karoline Tragante e Sidney Rodrigues)*

Fábio Barbosa



**Vereador Fábio Hernandez, autor da Indicação**



# Jaime Araujo e Anildes Cruz se despedem do Pleno do TJMA

*Desembargador é homenageado com medalha e diploma de bons serviços, enquanto desembargadora ainda participará de sessão de despedida da 6ª Câmara Cível nessa quinta*

O desembargador Jaime Ferreira de Araujo e a desembargadora Anildes Cruz se despediram, nesta quarta-feira (3), do Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão, em razão da proximidade das aposentadorias de ambos. Jaime Araujo recebeu o Diploma do Mérito Judiciário e a Medalha dos Bons Serviços “Bento Moreira Lima”, pelos 40 anos dedicados à magistratura maranhense. Anildes Cruz – que foi homenageada com as mesmas comendas em 2019 – ainda participará de sessão presencial de despedida da 6ª Câmara Cível, nesta quinta (4).

Atual vice-presidente do TJMA, o desembargador Jaime Ferreira de Araujo presidiu toda a sessão desta quarta-feira. Antes do encerramento, passou a presidência ao desembargador decano Bayma Araújo, que falou da satisfação e alegria de ter tido a honra de ser escolhido para outorgar a medalha dos 40 anos de serviços prestados ao desembargador Jaime Araujo, a quem qualificou de pessoa querida, preparadíssima e competente.

“Realmente, 40 anos de bons serviços prestados. Essa é a verdade”, elogiou Bayma Araújo.

Jaime Ferreira de Araujo

disse que os 40 anos de magistratura representam o coroamento de toda uma vida.

“Só posso ser grato a Deus – por ter me dado essa oportunidade –, aos meus pais, que me encaminharam na vida e que, infelizmente, não puderam ver esse coroamento. Mas, ainda assim, me sinto muito feliz por esse tempo todo passado na magistratura, sem qualquer mácula na minha carreira”, destacou o desembargador.

O homenageado foi aplaudido e saudado por todos os desembargadores que participaram da sessão, de forma presencial ou remota.

A desembargadora Anildes Cruz se emocionou ao se despedir dos colegas de Plenário, ressaltando que nesta data fechou um ciclo de 43 anos de atuação na magistratura maranhense, com sentimento de dever cumprido e a convicção de ter exercido a judicatura com honestidade, imparcialidade, retidão, dignidade e muita coragem, preservando valores que foram transmitidos por seus pais e aprimorados com a contribuição de seus professores, amigos, colegas magistrados e servidores do Judiciário. “Este é um dia histórico na minha vida e da minha família, de agradecimento a Deus e de elevar a im-

portância de compor os quadros da Corte estadual e pela honra de exercer a nobre função da magistratura por mais de quatro décadas”, disse.

A magistrada pontuou os agradecimentos pelo convívio ao longo dos anos e sentimentos saudosos aos desembargadores e desembargadoras, magistrados (as) de primeiro Grau, advogados (as), procuradores (as), membros do Ministério Público e Defensoria Pública, delegatários (as), delegados (as), terceirizados (as), policiais, e demais colaboradores e serventuários da Justiça, Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e Corregedoria Geral da Justiça, em especial aos servidores e servidoras de seu gabinete no TJMA. “A data de hoje se reveste de emoção muito especial, com muitas lembranças e recordações que levam de volta ao passado e prescrutando registros da atividade na magistratura por mais de quatro décadas, lembrando de cada emoção, vitórias, lutas e sempre buscando manter e resgatar valores de dignidade e justiça”, declarou.

Ela relembrou da trajetória profissional, tendo ingressado na carreira da magistratura em 1978, tendo sido empossada no cargo de vice-presi-

dente do TJ em 2013 e de corregedora-geral da Justiça em 2015, sendo a terceira e a segunda mulher a assumir tais cargos. Recordou ainda a passagem pelas comarcas de Vargem Grande, Santa Inês, Pedreiras e de São Luís, onde chegou em 1992; a chegada ao TJMA, após 26 anos de atuação e a eleição para membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral, onde atuou como corregedora-geral e presidente, em 2011. “Hoje encerro minha trajetória como iniciei, elevando os pensamentos a Deus para agradecer por tudo o que me foi confiado e que conceda sabedoria aos membros que permanecem e aos que virão. Respeito e gratidão a todos, foi uma honra servir a Justiça”, finalizou.

Desembargadores e desembargadoras presentes à sessão Plenária manifestaram falas em homenagem ao desembargador Jaime Araujo e à desembargadora Anildes Cruz pelos anos de serviços dedicados à magistratura maranhense, tendo atuado com cordialidade, urbanidade e conforme os deveres da função. “Trago as melhores recordações da convivência com os dois colegas na 4ª Câmara Cível, onde trabalhávamos integrados e foi um período muito de aprendizado

e boa convivência”, recordou o corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten.

### **ANILDES CRUZ**

Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz nasceu em São Luís-MA, no dia 14 de janeiro de 1947.

Iniciou suas atividades como magistrada em 1978, na comarca de Vargem Grande. Em 1981, foi promovida para a de Santa Inês, de 2ª entrância. Em 1986, foi promovida para a comarca de Pedreiras, de 3ª entrância. Chegou à entrância final na capital em 1992, exercendo suas funções na 2ª Vara Cível.

No biênio 2000/2001, foi indicada pela desembargadora Etelvina Ribeiro Gonçalves para exercer o cargo de juíza

auxiliar da Corregedoria. Em 2002/2004, exerceu as funções de coordenadora dos Juizados Especiais.

Ascendeu ao Tribunal de Justiça, após 26 anos de magistratura, por merecimento, no dia 31 de março de 2004. Em 25 de fevereiro de 2011, ela foi empossada como membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, assumindo, na mesma data, a Vice-Presidência e a Corregedoria da Corte eleitoral. Em 19 de dezembro de 2011 foi eleita e empossada como presidente.

Em 2 de outubro de 2013, após eleição da Mesa Diretora da Corte Estadual para o biênio 2014/2015, tornou-se vice-presidente do TJMA, assumindo o cargo no dia 20 de dezembro do mesmo ano.

### **JAIME ARAUJO**

Jaime Ferreira de Araujo é natural de Cumã, no município de Guimarães. Deixa o TJMA no cargo de vice-presidente da Corte e membro da 4ª Câmara Cível.

Formou-se em Direito no ano de 1974 na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e pós graduou-se em Direito Processual Civil, em Ciências Criminais e em Direito Constitucional.

Iniciou a sua carreira como advogado na cidade de Caxias, onde permaneceu até 1981. Neste mesmo ano, prestou concurso para promotor e juiz, tendo alcançado aprovação para ambos os cargos. Foi nomeado promotor na Comarca de São Bernardo, mas não chegou a assumir, pois optou pelo cargo de juiz substituto da Comarca de Buriti.

Chegou à 2ª entrância em 1986, atuando como juiz da comarca de Cururupu por três anos, até ser promovido para Timon (3ª entrância), em 1990, e, em seguida, exerceu suas atividades em Caxias. Dois anos depois (1992), veio para São Luís, assumindo como juiz auxiliar da 4ª entrância. Em 13 de maio de 1992, após 15 anos de carreira, foi titularizado como juiz da 1ª Vara da Fa-

zenda Pública.

Ingressou no Tribunal de Justiça do Maranhão, eleito por merecimento, no dia 26 de setembro de 2007, então com 26 anos de magistratura.

Entre outras atuações de destaque, Jaime Ferreira de Araujo foi juiz eleitoral durante sete anos, no período de 1993 a 2001, na 3ª Zona Eleitoral; diretor do Fórum Eleitoral por dois mandatos e juiz auxiliar da Corregedoria nas gestões dos desembargadores Orville Almeida e Silva (1997 – 1998), Etelvina Luísa Ribeiro Gonçalves (2000 – 2001) e Augusto Galba Maranhão (2002 – 2003).

Recebeu o título de cidadão dos municípios de Buriti e Cururupu.

É autor de duas obras jurídicas: “Decisões Administrativas”, em parceria com o juiz José Eulálio Figueiredo de Almeida, e “Compêndio de Legislação para Concursos e Profissionais” – com anotações e comentários ao Regimento Interno do Tribunal de Justiça e ao Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão – obra produzida em parceria com os magistrados Josemar Lopes Santos e Marcelo Carvalho Silva. (*Agência TJMA de Notícias*)



**Desembargador Jaime Araujo e desembargadora Anildes Cruz foram homenageados na sessão desta quarta-feira**